



Atas e Editais

Avenida das Fábricas nº 98 - Parque Industrial Mitre Abou Nabhan



LEI N° 041/2025

DECLARA INSERVÍVEIS E AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR VEÍCULOS, IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E EQUIPAMENTOS PESADOS MEDIANTE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**A PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEGISLAÇÃO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO O SEGUINTE:**

I

Art. 1º - Declara inservíveis os veículos e equipamentos pesados de propriedade do Município de Japurá e o autoriza a vende destes, mediante Licitação na modalidade Leilão Público, pelo valor mínimo atribuído pela Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis do Município de Japurá, conforme descrito abaixo:

- a. MARCA/MODELO: FORD/CARGO 1317 CN, cor prata, ano de fabricação 2011, ano modelo 2012, diesel, placas AVJ0962, chassi 98FXFAEL90CBS98449, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 67.806,00 (sessenta e sete mil, oitocentos e seis reais);
- b. MARCA/MODELO: RENAULT MASTER MART 1.3, cor branca, ano de fabricação 2018, ano modelo 2019, diesel, placas BCO 1482, chassi 93YMAFEXAKJ615149, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 97.461,00 (noventa e sete mil, quatrocentos e sessenta e um reais);
- c. MARCA/MODELO: FIAT DUCATO MC TCA MIC, cor branca, ano de fabricação 2016, ano modelo 2017, diesel, placas BBO 7680, chassi 93W245H3RH2161166, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 65.935,20 (sessenta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte centavos);

d. MARCA/MODELO: Ambulância RENAULT MASTER REVES A, cor branca, ano de fabricação 2018, ano modelo 2019, diesel, placas BCS 067, chassi 93YMAFEXAKJ615149, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 44.112,40 (quarenta e quatro mil, cento e doze reais e quarenta centavos);

e. MARCA/MODELO: Volkswagen GOL 1.0L MC4, cor branca, ano de fabricação 2018, ano modelo 2019, flex, placas BCK 3134, chassi 9BWAG45UXKTO39415, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 21.994,20 (vinte e um mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte centavos);

f. MARCA/MODELO: Volkswagen GOL 1.0L MC4, cor branca, ano de fabricação 2018, ano modelo 2019, flex, placas BCK 3086, chassi 9BWAG45U7KT018196, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 21.994,20 (vinte e um mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte centavos);

g. MARCA/MODELO: CITROËN AIRCROSS M FEEL, cor branca, ano de fabricação 2016, ano modelo 2019, flex, placas BAY 3643, chassi 935SUNFN1HB516949, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 29.707,20 (vinte e nove mil, setecentos e sete reais e vinte centavos);

h. MARCA/MODELO: FIAT PALIO ATTRACT 1.4, cor branca, ano de fabricação 2015, ano modelo 2016, flex, placas BAA 2599, chassi 8AP19627MG4141232, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 22.860,60 (vinte e dois mil, oitocentos e setenta reais e sessenta reais);

i. MARCA/MODELO: FIAT SIENA 1.6, cor branca, ano de fabricação 2017, ano modelo 2018, flex, placas BBL 5283, chassi 9BD197VDTJ336119, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 31.336,20 (trinta e um mil, trezentos e trinta e seis reais e vinte centavos);

j. MARCA/MODELO: ÔNIBUS IVECO - FIAT CITYCLASS 70C17, cor amarela, ano de fabricação 2012, ano modelo 2013, diesel, placas AVU 7947, chassi 937L68C01D8441873, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 55.854,00 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais);

k. MARCA/MODELO: PÁ CARREGADEIRA CATERPILLAR - CAT-0924K, cor amarela, ano de fabricação 2015, nº SERIE: 45001987, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 197.500,00 (cento e noventa e sete mil e quinhentos reais);

l. MARCA/MODELO: RETROESCAVADEIRA RD 406 ADVANCED 4X4 T BCF, cor amarela, ano de fabricação 2017, CHASSI: 9AD406AQH0006722, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 99.500,00 (noventa e nove mil e quinhentos reais);

Art. 2º - A alienação deverá ser precedida de prévia avaliação, por uma Comissão de três membros, nomeada pela Portaria nº 88/2025 pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - O valor mínimo de alienação deverá atender o relatório da Comissão de Avaliação, podendo ser realizado o deságio de 10% (dez por cento) nos valores dos itens em caso de alienação infrutífera.

Art. 4º - Para as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a transferir e/ou suplementar dotações orçamentárias, bem como a abrir crédito especial.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "MANOEL PERES FILHO" de Japurá, Estado do Paraná, em 27 de novembro de 2025.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"
Fone: (44) 3635-1327 - CEP: 87225-000-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA N.º 298 / 2025

ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ – COMARCA DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O CONTIDO NO ART. 87 E 92 DA LEI MUNICIPAL N° 024/2003 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

RESOLVE

CONCEDER, FÉRIAS REGULAMENTARES À QUEM TEM DIREITO O FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL O SENHOR WILLIAN FERREIRA SARDI, LOTADO NA DIVISÃO DE COMÉRCIO, CARGO EFETIVO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO, A PARTIR DE 27/11/2025 A 16/12/2025, REFERENTES AO PÉRIODO DE TRABALHO COMPREENDIDO ENTRE 30/12/2020 A 29/12/2021.

PAÇO MUNICIPAL 'MANOEL PERES FILHO' DEJAPURÁ – ESTADO DO PARANÁ EM 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal

Avenida Bolívar N° 363, Centro, CEP 87225-000



Prefeitura Municipal de Japurá

Avenida Bolívar, 363, Centro, CEP: 87225-000, Japurá-Paraná

Fone: (44) 3635-1327, Fax: (44) 3635-1300 - E-mail: pmj@japura.pr.gov.br e ou licitajapura@gmail.com

CNPJ: 75.788.349/0001-39

AVISO DE RESULTADO E ADIJAÇÃO

PROCESSO N.º 66/2025

Processo inexigibilidade N.º 8/2025

OBJETO: EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS FORMADOS EM ÁREA DE COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE OU MARKETING OU QUE ATUEM EM UMA DESSAS ÁREAS PARA COMPOSIÇÃO DO SORTEIO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA, COM O OBJETIVO DE ANALISAR AS PROPOSTAS TÉCNICAS DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA DA PREFEITURA DE JAPURÁ-PR.

Passado o prazo recursal, torna-se pública a adjudicação do procedimento licitatório em epígrafe:

| Lote/Item | Produto/Serviço | Unid | Qtd | Preço | Preço Total |
|-----------|---|------|--------|--------|-------------|
| 1 2 | SEGUNDO PROFISSIONAL SORTEADO PARA COMPOSIÇÃO SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE SERVIÇO | 1,00 | 861,80 | 861,80 | 861,80 |
| | TOTAL | | | | 861,80 |
| 1 3 | TERCEIRO PROFISSIONAL SORTEADO PARA COMPOSIÇÃO SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE SERVIÇO | 1,00 | 861,80 | 861,80 | 861,80 |
| | TOTAL | | | | 861,80 |
| 1 1 | PRIMEIRO PROFISSIONAL SORTEADO PARA COMPOSIÇÃO SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE SERVIÇO | 1,00 | 861,80 | 861,80 | 861,80 |
| | TOTAL | | | | 861,80 |

Japurá, 27/11/2025.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Japurá

Avenida Bolívar, 363, Centro, CEP: 87225-000, Japurá-Paraná

Fone: (44) 3635-1327, Fax: (44) 3635-1300 - E-mail: pmj@japura.pr.gov.br e ou licitajapura@gmail.com

CNPJ: 75.788.349/0001-39

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita do Município de Japurá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

HOMOLOGAR a Licitação nº. 66/2025, referente ao Processo de Inexigibilidade nº. 8/2025, que consta dentro do Juiz de Direito da Comarca de Cianorte, para Comissão de Licitação, demanda feita à Senhora Prefeita Municipal, através da Portaria nº. 19/2025, conforme consta do Parecer Jurídico e termo de ata, devidamente lavrado em que ficam(ram) classificada(s) a(s) empresa(s) abaixo mencionada(s), nos termos do artigo 71º, inciso IV da Lei nº. 14.136/2014 e demais normas legais, quanto ao credenciamento de profissionais formados em área de comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma das áreas para compor o sorteio da subcomissão técnica, com o objetivo de analisar as propostas técnicas de licitação na modalidade concorrência da Prefeitura de Japurá-PR, sendo:

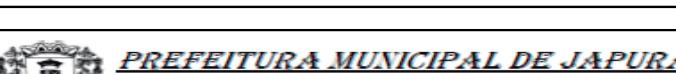
| Lote/Item | Produto/Serviço | Unid | Qtd | Preço | Preço Total |
|-----------|---|------|--------|--------|-------------|
| 1 2 | SEGUNDO PROFISSIONAL SORTEADO PARA COMPOSIÇÃO SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE SERVIÇO | 1,00 | 861,80 | 861,80 | 861,80 |
| | TOTAL | | | | 861,80 |
| 1 3 | TERCEIRO PROFISSIONAL SORTEADO PARA COMPOSIÇÃO SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE SERVIÇO | 1,00 | 861,80 | 861,80 | 861,80 |
| | TOTAL | | | | 861,80 |
| 1 1 | PRIMEIRO PROFISSIONAL SORTEADO PARA COMPOSIÇÃO SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE SERVIÇO | 1,00 | 861,80 | 861,80 | 861,80 |
| | TOTAL | | | | 861,80 |

A execução dos serviços será realizada, em conformidade com as especificações acima mencionadas, pelo período de 6 (seis) meses, da assinatura do contrato.

Em face do descritivo acima, autorizamos o Setor competente desta Municipalidade efetuar a contratação conforme a(s) proposta(s) vencedora(s), observando as normas de formalização legal, prevista na Legislação.

Japurá, 27/11/2025.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ

Paço Municipal "Manoel Peres Filho"

Fone: (44) 3635-1327 - CEP: 75.788.349/0001-39

JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA N.º 299 / 2025

ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ – COMARCA DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O CONTIDO NO ART. 87 E 92 DA LEI MUNICIPAL N° 024/2003 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

RESOLVE

CONCEDER, FÉRIAS REGULAMENTARES À QUEM TEM DIREITO O FUNCIONÁRIO PÚBL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
Av. Princesa Izabel, nº 320
CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1301 - E-mail: Assistente@jussara.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Izabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
TRABALHO & FAMÍLIA
Av. Princesa Izabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: jussara@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECRETO N° 7295/2025

SÚMULA: Criado o Comitê Interinstitucional de Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Municipal dos Direitos da Mulher do Município de Jussara-Paraná.

O Prefeito Municipal de Jussara, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Municipal N° 1.982, de 23 de abril de 2025, para acompanhar e monitorar a execução das ações, metas e indicadores estabelecidos no Plano Municipal dos Direitos da Mulher.

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado o Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Municipal dos Direitos da Mulher, composto por 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente, indicados pelos representantes legais dos seguintes órgãos/instituições:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família
Titular: Gabriela Perez Nogueira
Suplente: Jussara Regina Barbosa

Representante das Secretarias Municipais de Saúde
Titular: Jéssica Batista Ribeiro
Suplente: Geovana Pereira Roess

Representantes da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Luciana Duarte Souza
Suplente: Aline Barbosa da Silva Ferreira

Representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Trabalho, Emprego e Renda
Titular: Jessica Costa Prado dos Santos
Suplente: Sandra Aparecida Manoel

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Representantes da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)
Titular: Luciana Franco
Suplente: Ana Carolina Zeneratti Rodrigues

Representante da AGRUCAMU – Associação Grupo de Caminhada Pé na Estrada de Jussara
Titular: Maria Aparecida de Oliveira Souza
Suplente: Maria Aparecida Ribeiro

Representante do Grupo da Terceira Idade (Majoridade em Ação)
Titular: Vera Lucia Gonçalves Oliveira da Silva
Suplente: Zilda Brizzi Calheri

Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
Titular: Luciane Rodrigues Lima da Costa
Suplente: Jessica Camila Lopes Furtado

Art. 2º. O Comitê ora instituído será presidido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família responsável pela política de defesa dos direitos da mulher no município de Jussara-Pr.

Art. 3º. O Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Municipal dos Direitos da Mulher tem as seguintes atribuições:

- I – elaborar o Plano Municipal dos Direitos da Mulher, incluindo ações, metas, indicadores de monitoramento e prazos de execução para cada órgão/instituição de atuação, para aprovação do CMDM;
- II – acompanhar a implementação do Plano Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 4º. Todas as secretarias e instituições responsáveis pela execução das políticas públicas setoriais que compõem a Política de Defesa dos Direitos da Mulher participante deste Comitê deverão subscrever a equipe de apoio de elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Mulher, com informações e dados estatísticos que permitem traçar o diagnóstico da atual situação das mulheres do município de Jussara-Pr, dentro de suas atribuições.

Art. 5º. O Comitê Interinstitucional para Elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Mulher apresentará à Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da publicação deste Decreto, deverá elaborar o texto preliminar do referido Plano, com todos os componentes recomendados, incluindo o Plano de Ação, com as atribuições de cada órgão/instituição envolvida.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Jussara, 07 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Izabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
TRABALHO & FAMÍLIA
Av. Princesa Izabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: jussara@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA 347/2025

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O INCISO IX DO ARTIGO 69 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE 05/04/1990.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Gabriela Perez Nogueira, inscrita no CPF nº 088.183.999-00, Matrícula Funcional nº 80.549, Cargo: Assistente Social, para atuar como Órgão Técnico de Transferência Voluntária, cujos objetos se destinam às ações pertencentes ao Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, do município de Jussara, exclusivamente nos novos contratos firmados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º. Fica estabelecido que os contratos atualmente vigentes, permanecerão sob responsabilidade dos servidores já designados, conforme portarias anteriores, não sendo objeto de alteração por este ato.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO,

JUSSARA/PR., 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

Original Assinado

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Izabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
TRABALHO & FAMÍLIA
Av. Princesa Izabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: jussara@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA 348/2025

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O INCISO IX DO ARTIGO 69 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE 05/04/1990.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Gabriela Perez Nogueira, inscrita no CPF nº 088.183.999-00, Matrícula Funcional nº 80.549, Cargo: Assistente Social, para atuar como Fiscal de Transferência Voluntária, cujos objetos se destinam às ações pertencentes ao Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, do município de Jussara, exclusivamente nos novos contratos firmados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º. Fica estabelecido que os contratos atualmente vigentes, permanecerão sob a fiscalização dos servidores já designados, conforme portarias anteriores, não sendo objeto de alteração por este ato.

Art. 3º. Compete à servidora designada no art. 1º, exercer as atividades de acompanhamento, monitoramento e fiscalização previstas nas normas aplicáveis às transferências voluntárias, bem como elaborar relatórios, registrar informações nos sistemas oficiais e adotar os demais procedimentos necessários ao fiel cumprimento de suas atribuições.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO,

JUSSARA/PR., 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

Original Assinado

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Izabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
TRABALHO & FAMÍLIA
Av. Princesa Izabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: jussara@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA 349/2025

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O INCISO IX DO ARTIGO 69 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE 05/04/1990.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Lucilaine Rodrigues de Lima da Costa, inscrita no CPF nº 027.188.099-65, Matrícula Funcional nº 80.552, Cargo: Assistente Social, para atuar como Órgão Técnico de Transferência Voluntária, cujos objetos se destinam às ações pertencentes ao Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, do município de Jussara, exclusivamente nos novos contratos firmados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º. Fica estabelecido que os contratos atualmente vigentes, permanecerão sob responsabilidade dos servidores já designados, conforme portarias anteriores, não sendo objeto de alteração por este ato.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO.

JUSSARA/PR., 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

Original Assinado

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Izabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
TRABALHO & FAMÍLIA
Av. Princesa Izabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: jussara@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA 346/2025

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O INCISO IX DO ARTIGO 69 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE 05/04/1990.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Lucilaine Rodrigues de Lima da Costa, inscrita no CPF nº 027.188.099-65, Matrícula Funcional nº 80.552, Cargo: Assistente Social, para atuar como Fiscal de Transferência Voluntária, cujos objetos se destinam às ações pertencentes ao Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, do município de Jussara, exclusivamente nos novos contratos firmados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º. Fica estabelecido que os contratos atualmente vigentes, permanecerão sob a fiscalização dos servidores já designados, conforme portarias anteriores, não sendo objeto de alteração por este ato.

Art. 3º. Compete à servidora designada no art. 1º, exercer as atividades de acompanhamento, monitoramento e fiscalização previstas nas normas aplicáveis às transferências voluntárias, bem como elaborar relatórios, registrar informações nos sistemas oficiais e adotar os demais procedimentos necessários ao fiel cumprimento de suas atribuições.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO.

JUSSARA/PR., 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

Original Assinado

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Izabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
TRABALHO & FAMÍLIA
Av. Princesa Izabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: jussara@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA 345/2025

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O INCISO IX DO ARTIGO 69 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE 05/04/1990.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Débora Ramos de Freitas Fávaro, inscrita no CPF nº 024.617.209-67, Matrícula Funcional nº 80.474, Cargo: Chefe da Divisão de Patrimônio e Almoxarifado, para atuar como Fiscal de Transferência Voluntária, cujos objetos se destinam às ações do CTR – Centro de Triagem e Reciclagem dos Resíduos Sólidos Urbanos, do município de Jussara, exclusivamente nos novos contratos firmados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º. Fica estabelecido que os contratos atualmente vigentes, permanecerão sob a fiscalização dos servidores já designados, conforme portarias anteriores, não sendo objeto de alteração por este ato.

Art. 3º. Compete à servidora designada no art. 1º, exercer as atividades de acompanhamento, monitoramento e fiscalização previstas nas normas aplicáveis às transferências voluntárias, bem como elaborar relatórios, registrar informações nos sistemas oficiais e adotar os demais procedimentos necessários ao fiel cumpr

| | | | | | | | |
|-------|----|-----|---------------|-------|--|-----------|--------------|
| 562 | 06 | 006 | 127800162018 | 01000 | de Jovens e Adultos - EJA | 3.3.90.46 | 180,00 |
| 588 | 06 | 007 | 123600192019 | 01000 | Manutenção das Atividades da Merenda Escolar | 3.3.90.46 | 36,00 |
| 616 | 06 | 009 | 1339200112021 | 01000 | Manutenção das Atividades de Cultura e Turismo | 3.3.90.39 | 635.000,00 |
| 660 | 07 | 001 | 082400082022 | 01000 | Manutenção do Fundo Municipal de Assistência ao Idoso | 3.3.90.46 | 180,00 |
| 690 | 07 | 004 | 081220082044 | 01000 | Manutenção das Atividades de Gestão da Assistência Social | 3.3.90.40 | 7.500,00 |
| 691 | 07 | 004 | 081220082044 | 01000 | Manutenção das Atividades de Gestão da Assistência Social | 3.3.90.46 | 2.700,00 |
| 746 | 07 | 004 | 082450082046 | 01000 | Manutenção das Atividades dos Serviços Socioassistenciais | 3.3.90.32 | 60.000,00 |
| 753 | 07 | 004 | 082450082046 | 01000 | Manutenção das Atividades dos Serviços Socioassistenciais | 3.3.90.46 | 3.300,00 |
| 774 | 07 | 004 | 082460082047 | 01000 | Manutenção das Atividades de Segurança da Resida | 3.3.90.48 | 86.500,00 |
| 923 | 09 | 001 | 2266100132030 | 01000 | Manutenção das Atividades de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico | 3.3.90.46 | 2.400,00 |
| 971 | 10 | 001 | 101220092032 | 01000 | Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde | 3.3.90.46 | 3.289,50 |
| 1032 | 10 | 003 | 103010092034 | 00303 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 3.3.90.34 | 27.300,00 |
| 1039 | 10 | 003 | 103010092034 | 00300 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 3.3.90.36 | 15.650,00 |
| 1048 | 10 | 003 | 103010092034 | 00100 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 3.3.90.48 | 5.750,00 |
| 1050 | 10 | 003 | 103010092034 | 00100 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 3.3.90.46 | 17.746,50 |
| 1095 | 10 | 004 | 103010092035 | 01000 | Manutenção das Atividades do Hospital Municipal | 3.3.90.36 | 3.550,00 |
| 1105 | 10 | 004 | 103010092035 | 01000 | Manutenção das Atividades do Hospital Municipal | 3.3.90.46 | 12.000,00 |
| 1144 | 10 | 005 | 103040092036 | 01000 | Manutenção das Atividades de Vigilância Sanitária | 3.3.90.46 | 288,00 |
| 1179 | 10 | 006 | 103050092037 | 01000 | Manutenção das Atividades de Vigilância Epidemiológica | 3.3.90.46 | 130,50 |
| 1190 | 10 | 007 | 1030100202038 | 01000 | Transferências ao Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISCEENOP | 3.1.71.70 | 6.849,83 |
| 1194 | 10 | 007 | 1030100202038 | 01000 | Transferências ao Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISCEENOP | 3.3.71.70 | 44.737,31 |
| TOTAL | | | | | | | 1.031.239,34 |

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do cancelamento parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

| Des | Org | Unid | Funcional | Prog | Fonte | Nomenclatura | Cat. | Eco | Value |
|-----|-----|------|---------------|-------|--|--------------|------------|-----|-------|
| 12 | 02 | 001 | 041220022001 | 01000 | Manutenção das Atividades de Coordenação, Supervisão, Monitoramento e Acompanhamento | 3.3.90.46 | 733,42 | | |
| 78 | 03 | 001 | 041220062005 | 01000 | Manutenção das Atividades Administrativas | 3.1.90.13 | 7.410,00 | | |
| 94 | 03 | 001 | 041220062005 | 01000 | Manutenção das Atividades Administrativas | 3.3.90.36 | 2.500,00 | | |
| 104 | 03 | 001 | 041220062005 | 01000 | Manutenção das Atividades Administrativas | 3.3.90.93 | 30.000,00 | | |
| 110 | 03 | 002 | 041280062006 | 01000 | Manutenção das Atividades de Recursos Humanos | 3.1.90.11 | 8.468,00 | | |
| 121 | 03 | 002 | 041280062006 | 01000 | Manutenção das Atividades de Recursos Humanos | 3.3.90.46 | 2.057,17 | | |
| 124 | 03 | 003 | 041220062007 | 01000 | Manutenção das Atividades de Licitação, Compras, Patrimônio e Almoxarifado | 3.1.90.11 | 2.900,00 | | |
| 127 | 03 | 003 | 041220062007 | 01000 | Manutenção das Atividades de Licitação, Compras, Patrimônio e Almoxarifado | 3.1.91.13 | 2.543,95 | | |
| 141 | 03 | 004 | 041230042008 | 01000 | Manutenção das Atividades de Contabilidade e Finanças | 3.1.90.13 | 55,00 | | |
| 156 | 03 | 005 | 041290042009 | 01000 | Manutenção das Atividades de Tributação | 3.1.90.11 | 28.215,00 | | |
| 157 | 03 | 005 | 041290042009 | 01000 | Manutenção das Atividades de Tributação | 3.1.90.13 | 1.940,00 | | |
| 169 | 03 | 005 | 041290042009 | 01000 | Manutenção das Atividades de Tributação | 3.3.90.46 | 1.572,17 | | |
| 177 | 04 | 001 | 0412100182010 | 01000 | Manutenção das Atividades de Planejamento, Orçamento, Economia e Gestão | 3.1.90.13 | 2.605,00 | | |
| 180 | 04 | 001 | 0412100182010 | 01000 | Manutenção das Atividades de Planejamento, Orçamento, Economia e Gestão | 3.3.90.08 | 971,03 | | |
| 194 | 04 | 002 | 041260022011 | 01000 | Manutenção das Atividades de Tecnologia e Informática | 3.1.90.11 | 228,00 | | |
| 195 | 04 | 002 | 041260022011 | 01000 | Manutenção das Atividades de Tecnologia e Informática | 3.1.90.13 | 129,00 | | |
| 233 | 05 | 003 | 1545100031004 | 01000 | Implantação e Execução de Obras Públicas | 4.4.90.51 | 59.265,86 | | |
| 250 | 05 | 005 | 154520032012 | 01000 | Manutenção das Atividades dos Serviços Urbanos | 3.1.90.11 | 97.500,00 | | |
| 252 | 05 | 005 | 154520032012 | 01000 | Manutenção das Atividades dos Serviços Urbanos | 3.1.90.13 | 3.370,00 | | |
| 255 | 05 | 005 | 154520032012 | 01000 | Manutenção das Atividades dos Serviços Urbanos | 3.1.91.13 | 13.172,00 | | |
| 260 | 05 | 005 | 154520032012 | 01000 | Manutenção das Atividades dos Serviços Urbanos | 3.3.90.08 | 240,00 | | |
| 266 | 05 | 005 | 154520032012 | 01000 | Manutenção das Atividades dos Serviços Urbanos | 3.3.90.30 | 137.176,09 | | |
| 271 | 05 | 005 | 154520032012 | 01000 | Manutenção das Atividades dos Serviços Urbanos | 3.3.90.36 | 4.500,00 | | |
| 348 | 06 | 002 | 1236100102014 | 01000 | Manutenção das Atividades da Escola Municipal Juíza Alves Soares | 3.3.90.14 | 1.000,00 | | |
| 352 | 06 | 002 | 1236100102014 | 01000 | Manutenção das Atividades da Escola Municipal Juíza Alves Soares | 3.3.90.30 | 15.777,65 | | |
| 373 | 06 | 002 | 1236100102014 | 01000 | Manutenção das Atividades da Escola Municipal Juíza Alves Soares | 3.3.90.39 | 5.000,00 | | |
| 360 | 06 | 002 | 1236100102014 | 01000 | Manutenção das Atividades da Escola Municipal Juíza Alves Soares | 3.3.90.32 | 21.749,75 | | |
| 394 | 06 | 003 | 1236500102015 | 00103 | Manutenção das Atividades do Centro de Educação Infantil - CMEI Sombro de Criança | 3.1.90.13 | 4.927,00 | | |
| 409 | 06 | 003 | 1236500102015 | 00103 | Manutenção das Atividades do Centro de Educação Infantil - CMEI Sombro de Criança | 3.3.90.30 | 884,80 | | |
| 419 | 06 | 003 | 1236500102015 | 01000 | Manutenção das Atividades do Centro de Educação Infantil - CMEI Sombro de Criança | 3.3.90.32 | 88.602,00 | | |
| 431 | 06 | 003 | 1236500102015 | 01000 | Manutenção das Atividades do Centro de Educação Infantil - CMEI Sombro de Criança | 3.3.90.39 | 15.100,00 | | |
| 451 | 06 | 004 | 1236500102016 | 00103 | Manutenção das Atividades do Centro de Educação Infantil - CMEI Ballo Mágico | 3.1.90.13 | 1.200,00 | | |
| 456 | 06 | 004 | 1236500102016 | 00103 | Manutenção das Atividades do Centro de Educação Infantil - CMEI Ballo Mágico | 3.1.91.13 | 1.205,00 | | |
| 460 | 06 | 004 | 1236500102016 | 00103 | Manutenção das Atividades do Centro de Educação Infantil - CMEI Ballo Mágico | 3.3.90.08 | 675,00 | | |
| 490 | 06 | 004 | 1236500102016 | 01000 | Manutenção das Atividades do Centro de Educação Infantil - CMEI Ballo Mágico | 3.3.90.46 | 1.014,00 | | |

| | | | | | | | | | |
|-----|----|-----|---------------|-------|---|-----------|--------|--|--|
| 527 | 06 | 006 | 12780162018 | 00103 | Manutenção das Atividades de Transporte Escolar | 3.1.90.13 | 608,20 | | |
| 534 | 06 | 006 | 12780162018 | 01000 | Manutenção das Atividades do Transporte Escolar | 3.1.91.13 | 48,80 | | |
| 574 | 06 | 007 | 1236600192019 | 01000 | Manutenção das Atividades da Merenda Escolar | 3.1.91.13 | 44,00 | | |
| 618 | 06 | 009 | 1339200112021 | 01000 | Manutenção das Atividades de Cultura e Turismo | 3.3.90.46 | 1.140, | | |



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADIUDICAÇÃO

Processo N° 152-2025-PMJ

Tramitado todas as fases do Pregão, bem como exaurido qualquer fase recursal, e não tendo recursos pendentes de apreciação, conforme preceitu o art. 71, inciso IV da Lei 14.133-21, torna público a HOMOLOGAÇÃO E ADIUDICAÇÃO do objeto AQUISIÇÃO DA MESA EDUCACIONAL INTERATIVA, CONFORME ESTABELECIDO NAS EMendas IMPOSITIVAS INDIVIDUAIS N° 12 e 13, FOI REALIZADA POR MEIO DE ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PRECO N° 10/2025, PERTENCENTE AO CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAPARA - CODAP-, a favor das empresas:

- BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA, CNPJ n° 79.788.766/0205-00,

Valor total homologado: R\$ 59.815,84 (Cinquenta e nove mil, oitocentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos).

Jussara-PR, 27 de novembro de 2025

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



EXTRATO DO CONTRATO N° 222/2025-PMJ

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Princesa Isabel, 320, inscrito no CNPJ sob nº 75.789.552/0001-20.

CONTRATADA: TABORDA AUTOMOVEIS LTDA, CNPJ: 61.629.289/0001-05

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 04 VÉHICULOS DE PASSEIO E 01 VAN, DESTINADO AO TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, QUE SERÃO CUSTEADOS COM RECURSOS ADVINDOS DA RESOLUÇÃO SESA N° 1699/2024.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 083/2025.

Período de vigência do contrato: 03 (três) meses.

VALOR GLOBAL: R\$ 228.990,00 (duzentos e vinte e oito mil, novecentos e noventa reais).

Jussara-Pr. 27 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



EXTRATO DO CONTRATO N° 221/2025-PMJ

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Princesa Isabel, 320, inscrito no CNPJ sob nº 75.789.552/0001-20.

CONTRATADA: SSBARCAR VEICULOS LTDA, CNPJ: 35.445.821/0001-16

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 04 VÉHICULOS DE PASSEIO E 01 VAN, DESTINADO AO TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, QUE SERÃO CUSTEADOS COM RECURSOS ADVINDOS DA RESOLUÇÃO SESA N° 1699/2024.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 083/2025.

Período de vigência do contrato: 03 (três) meses.

VALOR GLOBAL: R\$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil reais).

Jussara-Pr. 27 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PRECO N° 223 - 2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Pregão realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 080-2025. Homologado em 27-11-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TELAS INTERATIVAS EDUCACIONAIS DE 75" COM SUPORTE MÓVEL E RODÍZIOS, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARTE DA REFERIDA AQUISIÇÃO SERÁ CUSTEADA POR MEIO DAS EMendas IMPOSITIVAS DE BANCADA N° 02 e 03.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: GOVIFACI GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA CNPJ: 41.886.613/0001-55

Valor total: R\$ 206.833,32 (duzentos e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos).

Paço Municipal, 27 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADIUDICAÇÃO

Pregão Eletrônico N° 080-2025-PMJ

Tramitado todas as fases do Pregão, bem como exaurido qualquer fase recursal, e não tendo recursos pendentes de apreciação, conforme preceitu o art. 71, inciso IV da Lei 14.133-21, torna público a HOMOLOGAÇÃO E ADIUDICAÇÃO do objeto AQUISIÇÃO DA MESA EDUCACIONAL INTERATIVA, CONFORME ESTABELECIDO NAS EMendas IMPOSITIVAS INDIVIDUAIS N° 12 e 13, FOI REALIZADA POR MEIO DE ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PRECO N° 10/2025, PERTENCENTE AO CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAPARA - CODAP-, a favor das empresas:

- GOVIFACI GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 41.886.613/0001-55, valor total: R\$ 206.833,32 (duzentos e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos).

Valor total homologado: R\$ 206.833,32 (duzentos e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos).

Jussara-PR, 27 de novembro de 2025

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Cianorte, Sexta-Feira, 28 de Novembro de 2025

ataseeditais@tribunadecianorte.com.br

DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

1.5. Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfazem todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

1.6. Conforme rigor da Lei Complementar nº 123/06, tendo em vista os valores aferidos esta Licitação tem itens EXCLUSIVOS PARA MEPP/Equiparadas.

1.7. Em relação a lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que a condição de lances, será efetiva a verificação autonôma, junto à Receita Federal, de parte da regularidade empresarial. O sistema identificará em seu preprint as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

1.8. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, que não atendam as exigências de complexidade técnica em conformidade com a explicação técnica presente neste Edital.

1.9. Não poderão participar desta licitação os interessados:

1.9.1. proibidos de participar de licitações e de celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

1.9.2. que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

1.9.3. que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativo ou judicialmente;

1.9.4. que se enquadram nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133 de 2021.

1.9.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição, nos termos do Acordo nº 746/2014-TCU-Plenário.

1.10. Como condição para participação no Pregão, o licitante declarará, por meio eletrônico e por documento a ser inserido no processo conforme modelo Anexo IV desse Edital que:

1.10.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015;

1.10.2. que não tem lotes, lotes ou grupos exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a falta de declaração ou de assentimento por meio eletrônico sobre sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte impedirá o prosseguimento no certame, no que toca a disputa destes itens ou lotes;

1.10.3. a pedido da empresa, em face dos acordados 2443/2021 e 1211/2021 do TCU, considerando a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte poder ter sido atendida pelo licitante, quando apresentou sua proposta, poderá ser avaliada a comprovação, por ajustada diligência, para o preservar o princípio da maior competitividade no certame, no encontro da melhor proposta;

1.10.4. que está clente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

1.10.5. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editiciais;

1.10.6. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

1.10.7. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

1.10.8. que a proposta foi elaborada de forma independente;

1.10.9. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçoso, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 2º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

1.10.10. que o projeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reservas de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

1.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1.12. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrará-se automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

1.13. O licitante que não encaminhar os documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

1.14. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

1.15. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

1.16. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

1.17. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

1.18. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1.19. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico e conforme o modelo (ANEXO II), constando os seguintes informes referentes aos campos:

1.19.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: *Valor unitário/lote/marco/modelo/se o caso*.

• O licitante terá que inserir na pasta de documentos a proposta inicial por escrito, timbrada com os dados da empresa e assinada (OBS: o pregoeiro só terá acesso a este documento na fase de habilitação o que não causa identificação prévia da empresa/licitante).

1.19.2. Descrição do objeto, contendo as informações à especificação do Termo de Referência;

1.20. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratação;

1.21. O licitante deve apresentar todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/serviços;

1.22. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, salvo se a alegação de erro ou omissão for claramente grotesco, devendo se submeter a análise e aceitação do pregoeiro, mediante imediata solicitação via chat.

1.23. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

2. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES E MODO DE DISPUTA

2.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

2.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

2.3. Para a preservação da competitividade do certame, em respeito ao formalismo moderado, a pedido da empresa ou de ofício, poderá o pregoeiro promover diligências corretivas verificando erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica nos termos do artigo 17, VI do Decreto 10.024/19 e do artigo 12, III da Lei 14.133 de 2021.

b) verificação de Acordos, Convênios ou Dissídios Coletivos de Trabalho;
 c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;
 d) consulta a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
 e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

f) verificação de outros contratos que o proponente mantinha com a Administração ou com a iniciativa privada;

g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

j) estudos setoriais;

k) consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionais favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e

3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada, mediante aviso prévio sistemático com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

3.4. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

3.4.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

3.4.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contêm as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazos indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu posterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

3.4.3. Nos termos dos Acórdãos 966/2022, 1211/2021 e 2443/2021 poderá o pregoeiro, quando suficiente e necessária para verificação da exigibilidade de uma proposta, promover, por diligência ou a pedido do concorrente, a admissão já juntada de documentos que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

3.4.4. Encerrada a fase de negociação e aceitação da proposta, o Pregoeiro e sua equipe de apoio verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatrasparenca.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Civis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIFAO:0>) e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. (<http://craqc.tec.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>).

3.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

3.6.1. Caso conste na Consulta da Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impenitentes, o licitante poderá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de Ocorrências Impenitentes Indiretas.

3.6.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

3.6.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação para promoção de explicações e defesas técnicas.

3.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

3.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual exigibilidade do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

3.9. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

3.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

3.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

3.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e nos casos daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

3.12.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CNE e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

3.13. **Habilitação Jurídica:**
CONFORME TERMO DE REFERENCIA QUE ESTA EM ANEXO

3.14. **Regulidade fiscal e trabalhista:**
CONFORME TERMO DE REFERENCIA QUE ESTA EM ANEXO

3.15. **Qualificação econômico-financeira:**
CONFORME TERMO DE REFERENCIA QUE ESTA EM ANEXO

3.16. **Qualificação Técnica:**
CONFORME TERMO DE REFERENCIA QUE ESTA EM ANEXO

3.17. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3.18. A existência de restrição relativamente à regulidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como MME, microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

3.18.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

3.19. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regulidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação justificativa.

3.20. A não comprovação fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a exclusão do licitante da sessão pública do Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

3.21. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

3.22. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

3.23. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual exigência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

3.24. Considerado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

4. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

4.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada conforme solicitado pelo Pregoeiro durante a sessão no sistema eletrônico e deverá:

4.1.1. A proposta deve atender ao objetivo do procedimento licitatório, tendo como referência o MODELO presente no Anexo II deste Edital.

4.1.2. Ser redigida em língua portuguesa digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelaias ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, podendo utilizar assinatura digital.

4.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

4.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer de toda Contratação e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência.

4.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor por item em algarismos e por extenso (art. 121, da Lei nº 14.133/21).

4.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço por lote, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

4.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

4.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada válida aquela que não corresponda as especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

4.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

5. DOS RECURSOS

5.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais(ões) decisão(s) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

5.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentalmente.

5.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso, a saber, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

5.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante, quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

5.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

5.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.4. O direito de recurso permanecerá com vista franqueada aos interessados, no entendimento constante deste Edital.

6. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

6.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

6.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lance.

6.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

6.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

6.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na planilha.

7. DA PUBLICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

7.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

7.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

8. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

9. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos no presente contrato.

10. DO TERMO DE COMPROMISSO – ATA DE REGISTRO, CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

10.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Ata DE Registro, Contrato ou Nota de Empenho Conforme Prevê o Edital.

10.2. O adjudicatário terá 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação para assinar a "Ata de Registro do Contrato", sob pena de débito.

10.3. A contratação reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Legislação aplicável a este, reconhecendo-se os direitos e os deveres reservados às partes, conforme o estabelecido.

10.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente.

10.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratos com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas segundo consulta previa ao CADIN.

10.6. Sempre se oportunizará prazo para manifestação defensiva, em face da observância de alguma das ocorrências identificadas nos termos do item 16.5 deste Edital, fixando-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação, com prazo igual de resposta.

10.7. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante, durante a vigência do contrato.

10.8. No hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

10.9. DA ACESSÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.9.1. A vencida a vigência das atas os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, e o resultado do procedimento de IIP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

10.9.2. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

10.9.3. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 Lei nº 14.133, de 2021; e

10.9.4. consulta e aceitação prévia do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

10.10. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão.

10.10.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou a sua capacidade de gerenciamento.</p

Parágrafo único. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- a) A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes.
- b) São obrigações da contratada para fornecimento de serviço:

 - 1- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e no contrato.
 - II - Responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - III - Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - IV - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
 - V - Manter durante a vigência do contrato, em consonância com as obrigações assumidas, todas as condições e qualificação exigidas na proposta;
 - VI - Manter atualizado o endereço dos dados no Cadastro do Município de Jussara, conforme legislação vigente;
 - VII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
 - VIII - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 104 da Lei Estadual nº 15.608, de 2007.

14. OBSERVAÇÕES GERAIS

Jéssica Rogério Ferreira
Secretária M. de Assistência Social e Segurança da Família.

ANEXO II

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA INICIAL/FINAL
(usar este modelo e identificar se é inicial ou/ final)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 931-ITEM-2025

PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social: _____
CNPJ: _____ I.E.: _____
Endereço: _____ Cidade: _____ UF: _____ Telefone: _____
(_____) E-mail: _____ Conta Bancária: _____
Banco: _____ Ag.: _____ Conta Corrente: _____ Responsável pela empresa: _____
CPF: _____ Cargo do responsável: _____

*Declaramos ter ciência de que caso minha conta bancária não seja banco público será emitido boleto bancário para cada Nota Fiscal conforme Notas de Envelope.

À Prefeitura Municipal de Jussara - PR, apresentamos nossa proposta comercial referente ao Pregão Eletrônico Nº 931-ITEM-2025, conforme planilha abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL | MARCA |
|------|-----------|--------|-------------|-------------|-------|
| 1 | | | | | |

VALOR PÓTE DA PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

Ao apresentarmos a presente proposta, manifestamos no sentido de concordar com os termos do Edital e seus anexos, nos comprometendo a cumprir fielmente suas cláusulas. A presente proposta possui validade de 60 (sessenta) dias a partir da data da Sessão Pública do Pregão.

Cidade, Dia do Mês do Ano de 2025.

Assinatura do representante legal: _____
Nome do representante legal: _____
Cargo/função do representante legal na sessão: _____

ANEXO III

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede _____, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, e disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalta ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data nenhuma das empresas empregadas para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seus ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.

4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) _____, Portador(a) do RG sob nº _____ e CPF nº _____, cuja função/cargo é _____ (sócio administrador), responsável pela assinatura do Contrato.

5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.

6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratuantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

7) Declaro que cumpri as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8) Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9) Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

10) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail(s) de contato para cada setor responsável pelo Atos desta Contratação:

Emails: _____

Telefones para contato: () _____

11) Caso altere o citado e-mail ou telefone compromete-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Município, sob pena de ser considerado como intímado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a) _____, portador(a) do CPF/MF sob nº _____ (cargo na empresa), para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao referido Pregão Eletrônico e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e Contrato.

Cidade, _____ de 2025.

Nome do representante Legal e Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO LEI 123/2006

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data e até o último exercício financeiro, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
() EMPRESA DE PEQUENO PORTO, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
() MICROEMPRENDedor INDIVIDUAL, conforme art. 1º do Decreto nº 8.538/2015.

Declara também que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Cidade, _____ de 2025.

Nome do representante Legal e Assinatura

ANEXO V

MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(modelo disponibilizado pela AGU)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º _____

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) _____, na cidade de _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representado(a) pelo(a)(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº _____ de de de 2020., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2022., RESOLVE registrar os preços das empresas(s) indicadas e suas qualificação(s) constadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação nº/2022., ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registradoas especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item do TR | Fornecedor (razão social), CNPJ/MF, endereço, contato, representante) | Especificação | Marca (se exigido no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unit. | Prazo garantia ou validade |
|------------|---|---------------|------------------------------|-------------------------------|---------|-------------------|-------------------|-------------|----------------------------|
| X | | | | | | | | | |

2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será(nome do órgão)....

3.2. [Além do gerenciador, não há [ou] São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

| Item nº | Órgão Participante | Unidade | Quantidade |
|---------|--------------------|---------|------------|
| | | | |

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedações a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins de ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponível durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9

| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUaporema Estado do Paraná Rua Paraíba, 86 – Telefone: (0xx44) 3684-1206 / 3684-1210 CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70 e-mail: preguaporemamail.com.br</p> <p>DECRETO N° 3619 - 26 de novembro de 2025</p> <p>SUMULA: Altera Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de R\$ 421.582,56 (Quatrocentos e Vinte e Um Mil, Quinhentos e Oitenta e Dois Reais e Cinquenta e Seta Centavos), no Exercício Financeiro de 2025, e das outras providências.</p> <p>O PREFEITO MUNICIPAL DE GUaporema, Estado do Paraná, fazendo uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1141 de 05 de novembro de 2024;</p> <p>DECETA:</p> <p>Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, ao Orçamento Geral do Município de Guaporema, Estado do Paraná, no valor de R\$ 421.582,56 (Quatrocentos e Vinte e Um Mil, Quinhentos e Oitenta e Dois Reais e Cinquenta e Seta Centavos), para serem seguidamente programadas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Código</th> <th>Descrição</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>02</td> <td>GABINETE DO PREFEITO</td> <td></td> </tr> <tr> <td>02.001</td> <td>Divisão de Pessoal</td> <td></td> </tr> <tr> <td>04.122.0003.2005</td> <td>Manutenção e Encargos de Tercerizadores - PESSOAS JURÍDICAS</td> <td></td> </tr> <tr> <td>03.90.29.00.00</td> <td>Manutenção e Encargos de Tercerizadores - PESSOAS FÍSICAS</td> <td></td> </tr> <tr> <td>232</td> <td>09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025</td> <td>76.668,00</td> </tr> <tr> <td>22.002</td> <td>09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025</td> <td>76.668,00</td> </tr> <tr> <td>12.385.0008.2002</td> <td>Manutenção e Encargos FUNDEB Educação Infantil</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.1.30.11.00.00</td> <td>VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL</td> <td>94.202,00</td> </tr> <tr> <td>08.002</td> <td>09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025</td> <td>94.202,00</td> </tr> <tr> <td>12.261.0008.2051</td> <td>Manutenção e Encargos FUNDEB Ensino Fundamental</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.1.30.11.00.00</td> <td>VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAS JURÍDICAS</td> <td>10.691,32</td> </tr> <tr> <td>970</td> <td>09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025</td> <td>10.691,32</td> </tr> <tr> <td>971</td> <td>09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025</td> <td>37.917,00</td> </tr> <tr> <td>12.381.0008.2018</td> <td>Complementação da União - ETI - Contribuições Patronais</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.1.30.13.00.00</td> <td>Contribuições Patronais</td> <td>2.000,00</td> </tr> <tr> <td>690</td> <td>09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025</td> <td>2.000,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td>TOTAL</td> <td>144.917,88</td> </tr> </tbody> </table> <p>Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito de que se trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos, conforme o artigo 43, da Lei Federal nº 4.220, de 17/03/64, no valor de R\$ 421.582,56 (Quatrocentos e Vinte e Um Mil, Quinhentos e Oitenta e Dois Reais e Cinquenta e Seta Centavos), conforme anexo:</p> <p>I - Anulação de Dotações:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Código</th> <th>Descrição</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>02</td> <td>GABINETE DO PREFEITO</td> <td></td> </tr> <tr> <td>02.001</td> <td>Divisão de Pessoal</td> <td></td> </tr> <tr> <td>04.122.0003.2005</td> <td>Manutenção e Encargos de Tercerizadores - PESSOAS JURÍDICAS</td> <td></td> </tr> <tr> <td>03.90.29.00.00</td> <td>Manutenção e Encargos de Tercerizadores - PESSOAS FÍSICAS</td> <td></td> </tr> <tr> <td>232</td> <td>09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025</td> <td>76.668,00</td> </tr> <tr> <td>22.002</td> <td>09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025</td> <td>76.668,00</td> </tr> <tr> <td>12.385.0008.2002</td> <td>Manutenção e Encargos FUNDEB Educação Infantil</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.1.30.11.00.00</td> <td>VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL</td> <td>94.202,00</td> </tr> <tr> <td>08.002</td> <td>09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025</td> <td>94.202,00</td> </tr> <tr> <td>12.261.0008.2051</td> <td>Manutenção e Encargos FUNDEB Ensino Fundamental</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.1.30.11.00.00</td> <td>VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAS JURÍDICAS</td> <td>10.691,32</td> </tr> <tr> <td>970</td> <td>09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025</td> <td>10.691,32</td> </tr> <tr> <td>971</td> <td>09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025</td> <td>37.917,00</td> </tr> <tr> <td>12.381.0008.2018</td> <td>Complementação da União - ETI - Contribuições Patronais</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.1.30.13.00.00</td> <td>Contribuições Patronais</td> <td>2.000,00</td> </tr> <tr> <td>690</td> <td>09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025</td> <td>2.000,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td>TOTAL</td> <td>144.917,88</td> </tr> </tbody> </table> <p>II - Excesso de Arredondamento:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Código</th> <th>Descrição</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1.7.5.10.0.0.1.01.000</td> <td>TRANSFERÊNCIAS FUNDES 70%</td> <td>105.000,00</td> </tr> <tr> <td>1.7.1.53.0.1.00.000</td> <td>TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDES PARA A CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI - PRINCIPAL</td> <td>37.917,56</td> </tr> <tr> <td>1.7.2.49.0.1.02.000</td> <td>TRANSFERÉNCIA PARANÁ MAIS TURÍSTICO CONVENIO /2025</td> <td>76.668,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td>TOTAL</td> <td>219.521,56</td> </tr> </tbody> </table> <p>Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.</p> <p>Edital da Prefeitura Municipal de Guaporema, aos 26 de novembro de 2025.</p> <p style="text-align: right;">GILBERTO CASTIGLIONI PREFEITO MUNICIPAL</p> | Código | Descrição | Valor | 02 | GABINETE DO PREFEITO | | 02.001 | Divisão de Pessoal | | 04.122.0003.2005 | Manutenção e Encargos de Tercerizadores - PESSOAS JURÍDICAS | | 03.90.29.00.00 | Manutenção e Encargos de Tercerizadores - PESSOAS FÍSICAS | | 232 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 76.668,00 | 22.002 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 76.668,00 | 12.385.0008.2002 | Manutenção e Encargos FUNDEB Educação Infantil | | 2.1.30.11.00.00 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 94.202,00 | 08.002 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 94.202,00 | 12.261.0008.2051 | Manutenção e Encargos FUNDEB Ensino Fundamental | | 2.1.30.11.00.00 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAS JURÍDICAS | 10.691,32 | 970 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 10.691,32 | 971 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 37.917,00 | 12.381.0008.2018 | Complementação da União - ETI - Contribuições Patronais | | 2.1.30.13.00.00 | Contribuições Patronais | 2.000,00 | 690 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 2.000,00 | | TOTAL | 144.917,88 | Código | Descrição | Valor | 02 | GABINETE DO PREFEITO | | 02.001 | Divisão de Pessoal | | 04.122.0003.2005 | Manutenção e Encargos de Tercerizadores - PESSOAS JURÍDICAS | | 03.90.29.00.00 | Manutenção e Encargos de Tercerizadores - PESSOAS FÍSICAS | | 232 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 76.668,00 | 22.002 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 76.668,00 | 12.385.0008.2002 | Manutenção e Encargos FUNDEB Educação Infantil | | 2.1.30.11.00.00 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 94.202,00 | 08.002 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 94.202,00 | 12.261.0008.2051 | Manutenção e Encargos FUNDEB Ensino Fundamental | | 2.1.30.11.00.00 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAS JURÍDICAS | 10.691,32 | 970 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 10.691,32 | 971 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 37.917,00 | 12.381.0008.2018 | Complementação da União - ETI - Contribuições Patronais | | 2.1.30.13.00.00 | Contribuições Patronais | 2.000,00 | 690 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 2.000,00 | | TOTAL | 144.917,88 | Código | Descrição | Valor | 1.7.5.10.0.0.1.01.000 | TRANSFERÊNCIAS FUNDES 70% | 105.000,00 | 1.7.1.53.0.1.00.000 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDES PARA A CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI - PRINCIPAL | 37.917,56 | 1.7.2.49.0.1.02.000 | TRANSFERÉNCIA PARANÁ MAIS TURÍSTICO CONVENIO /2025 | 76.668,00 | | TOTAL | 219.521,56 | <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUaporema Estado do Paraná Rua Paraíba, 86 – Telefone: (0xx44) 36</p> |
|---|--|------------|-------|----|----------------------|--|--------|--------------------|--|------------------|---|--|----------------|---|--|-----|--|-----------|--------|--|-----------|------------------|--|--|-----------------|---|-----------|--------|--|-----------|------------------|---|--|-----------------|---|-----------|-----|--|-----------|-----|--|-----------|------------------|---|--|-----------------|-------------------------|----------|-----|--|----------|--|--------------|------------|--------|-----------|-------|----|----------------------|--|--------|--------------------|--|------------------|---|--|----------------|---|--|-----|--|-----------|--------|--|-----------|------------------|--|--|-----------------|---|-----------|--------|--|-----------|------------------|---|--|-----------------|---|-----------|-----|--|-----------|-----|--|-----------|------------------|---|--|-----------------|-------------------------|----------|-----|--|----------|--|--------------|------------|--------|-----------|-------|-----------------------|---------------------------|------------|---------------------|--|-----------|---------------------|--|-----------|--|--------------|------------|---|
| Código | Descrição | Valor | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 02 | GABINETE DO PREFEITO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 02.001 | Divisão de Pessoal | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 04.122.0003.2005 | Manutenção e Encargos de Tercerizadores - PESSOAS JURÍDICAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 03.90.29.00.00 | Manutenção e Encargos de Tercerizadores - PESSOAS FÍSICAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 232 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 76.668,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 22.002 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 76.668,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12.385.0008.2002 | Manutenção e Encargos FUNDEB Educação Infantil | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1.30.11.00.00 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 94.202,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 08.002 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 94.202,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12.261.0008.2051 | Manutenção e Encargos FUNDEB Ensino Fundamental | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1.30.11.00.00 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAS JURÍDICAS | 10.691,32 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 970 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 10.691,32 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 971 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 37.917,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12.381.0008.2018 | Complementação da União - ETI - Contribuições Patronais | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1.30.13.00.00 | Contribuições Patronais | 2.000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 690 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 2.000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | TOTAL | 144.917,88 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | Valor | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 02 | GABINETE DO PREFEITO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 02.001 | Divisão de Pessoal | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 04.122.0003.2005 | Manutenção e Encargos de Tercerizadores - PESSOAS JURÍDICAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 03.90.29.00.00 | Manutenção e Encargos de Tercerizadores - PESSOAS FÍSICAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 232 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 76.668,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 22.002 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 76.668,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12.385.0008.2002 | Manutenção e Encargos FUNDEB Educação Infantil | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1.30.11.00.00 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 94.202,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 08.002 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 94.202,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12.261.0008.2051 | Manutenção e Encargos FUNDEB Ensino Fundamental | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1.30.11.00.00 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAS JURÍDICAS | 10.691,32 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 970 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 10.691,32 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 971 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 37.917,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12.381.0008.2018 | Complementação da União - ETI - Contribuições Patronais | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1.30.13.00.00 | Contribuições Patronais | 2.000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 690 | 09303-Pasta Marca Turística Cntr. 712/2025 | 2.000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | TOTAL | 144.917,88 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | Valor | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.7.5.10.0.0.1.01.000 | TRANSFERÊNCIAS FUNDES 70% | 105.000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.7.1.53.0.1.00.000 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDES PARA A CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI - PRINCIPAL | 37.917,56 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.7.2.49.0.1.02.000 | TRANSFERÉNCIA PARANÁ MAIS TURÍSTICO CONVENIO /2025 | 76.668,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | TOTAL | 219.521,56 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



Prefeitura Municipal de São Tomé

CNPJ: 07.380.175/0001-29 | Fone/Fax: (44) 3607-1280

PRACA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248 – FONE / FAX: (44) 3607-1280

e-mail: prefeiturassotome@mail.com

CEP 87220-000 – SÃO TOME – PARANÁ

PORTARIA N° 4237/2025

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais em conformidade com § 3º do artigo 131 da Lei 002/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Tomé), ajo servidora(a) municipal **VANESSA JAQUELINE BAPTISTA**, ocupante do cargo de **ENFERMEIRO**, sendo a 2ª parcela referente ao período aquisiativo de 05/02/2024 a 04/02/2025, para serem gozadas entre **01/12/2025** a **10/12/2025**, totalizando 10 dias.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ANTONIO ARICINI DA SILVA, AOS 26 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI

PREFEITO MUNICIPAL

POLÍTICA NACIONAL
ALDIR BLANC
DE FOMENTO À CULTURA

PORTARIA N° 4239/2025

O Prefeito Municipal de SÃO TOME, Estado do PR, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, na Lei Orgânica do Município e no Decreto Federal nº 11.740, de 18 de outubro de 2023 que regulamenta a **Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022**, a qual institui, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, a Política Nacional Adir Blanc de Fomento à Cultura:

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Política Nacional Adir Blanc (PNAB) no Município de SÃO TOME para a execução do Ciclo 02, com os seguintes nomes:

- a) Alvaro Henrique Souza
- b) Aline Cooci de Souza Celento
- c) Angela Cassia Belther Geraldino

Art. 2º - O Prazo de Validade da Comissão será de 02 (dois) anos, a partir da presente data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI

PREFEITO MUNICIPAL

Em 27 de novembro de 2025.

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI

PREFEITO MUNICIPAL

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
SENEC/CNPQGOVERNO FEDERAL DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
SENEC/CNPQ



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025**

PERIOD - Atividade 1 (URB), Aut. 101, Unidade 1, aulas em 70%.

Page 1

te,Sexta -Feira ,28 de Novembro de 2025

ataseeditais@tribunadecianorte.com.br

C-1

| RECEITAS | PROVISÓRIA | Previsão atualizada(a) | Receitas reais/estimadas | | | | Saldo anterior (b) - (c) |
|---|----------------------|---------------------------|--------------------------|--------------|----------------------|--------------|-----------------------------|
| | | | Maior estimativa | % (a/b) | Abaixo estimativa | % (a/c) | |
| TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INTENRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (d) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUMATRA DAS RECEITAS (j) = (h) + (i) | 01.000.000,01 | 02.110.100,00 | 0.000.000,00 | 10,48 | 07.000.000,00 | 01,00 | 24.100.472,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (v) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| MOBILIÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CONTRATUAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| MOBILIÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CONTRATUAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS (v) = (j) + (i) | 01.000.000,01 | 02.110.100,00 | 0.000.000,00 | 10,48 | 07.000.000,00 | 01,00 | 24.100.472,00 |
| DÉFICIT (w) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL COM DÉFICIT (w) = (v) + (i) | 01.000.000,01 | 02.110.100,00 | 0.000.000,00 | 10,48 | 07.000.000,00 | 01,00 | 24.100.472,00 |
| BALANÇO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | | | |
| RECURSOS APRECIADORES EM EXERCÍCIOS | 0,00 | 31.700.000,00 | 0,00 | 0,00 | 31.700.000,00 | 100,00 | 0,00 |
| SUPERAVIT FINANCEIRO | 0,00 | 31.700.000,00 | 0,00 | 0,00 | 31.700.000,00 | 100,00 | 0,00 |



**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025**

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas a)

Saldo a realizar

Autorização

1

| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | Previsão atualizada(a) | | | | | (a - c) |
|------------------------------------|---------------------------|--------------|------------|----------------|--------------|---------|
| | | No bimestre | % (b/a) | Até o bimestre | % (c/a) | |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0 |
| DÉFICIT (IV) | 3.631.320,55 | 4.151.520,55 | 603.152,65 | 2.812.103,10 | | 0,0 |
| TOTAL(V) = (III + IV) | 3.631.320,55 | 4.151.520,55 | 603.152,65 | 14,53 | 2.812.103,10 | 67,74 |

| PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURADE SOCIAL SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025 | | | | | | |
|--|---------------------|------------------------|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| PÁGINA: 1 / 1 | | | | | | |
| RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b") | | | | | | |
| DESPESAS | Dotação inicial (d) | Dotação atualizada (e) | DESPESAS EMPENHADAS | Saldo (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | Saldo (i) = (e-h) |
| | | | No bimestre | Até bimestre (f) | No bimestre | Até bimestre (h) |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | 36.318.465,79 | 59.344.035,84 | 9.491.612,89 | 35.338.033,83 | 24.006.002,01 | 7.511.738,82 |
| DESPESAS CORRENTES | 34.902.132,47 | 58.280.062,52 | 5.884.201,06 | 28.973.954,05 | 9.306.108,47 | 6.186.432,18 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 10.083.396,15 | 20.346.396,15 | 3.069.450,76 | 15.900.523,90 | 4.445.874,25 | 3.075.488,04 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 202.000,00 | 277.000,00 | 65.661,40 | 258.910,45 | 18.089,55 | 65.661,40 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 15.616.734,32 | 17.656.664,37 | 2.749.688,00 | 12.814.519,70 | 4.842.144,67 | 3.045.285,74 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 887.000,00 | 20.534.640,00 | 3.607.411,83 | 6.364.079,78 | 14.170.560,22 | 1.325.306,64 |
| INVESTIMENTOS | 482.000,00 | 19.365.640,00 | 3.398.897,93 | 5.344.528,23 | 14.021.111,23 | 1.116.792,74 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 400.000,00 | 1.164.000,00 | 208.513,90 | 1.019.551,01 | 144.448,99 | 208.513,90 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 529.333,32 | 529.333,32 | 0,00 | 0,00 | 529.333,32 | 0,00 |
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX) | 3.631.320,55 | 4.151.520,55 | 603.152,65 | 2.812.103,10 | 1.339.417,45 | 603.152,65 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) | 39.949.786,34 | 63.495.556,39 | 10.094.765,54 | 38.150.136,93 | 25.345.419,46 | 8.114.891,47 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI) | 39.949.786,34 | 63.495.556,39 | 10.094.765,54 | 38.150.136,93 | 25.345.419,46 | 8.114.891,47 |
| RESERVA DO RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUPERAVIT (XIII) | 1.272.309,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.507.300,72 | 2.733.322,51 |
| TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII) | 41.222.096,01 | 63.495.556,39 | 10.094.765,54 | 38.150.136,93 | 25.345.419,46 | 9.622.192,19 |
| | | | | | | 37.932.429,50 |
| | | | | | | 25.562.926,89 |
| | | | | | | 37.932.629 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025

Página: 1 / 4

| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal) | | |
|---|---------------------------|---|
| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS | PREVISÃO ATUALIZADA (R\$) | RECEITAS REALIZADAS (R\$) <small>ABRIL a Setembro (R\$)</small> |
| 1 - RECEITA DE IMPOSTOS | 2.969.800,00 | 2.747.981,89 |
| 1.1 - Receitas resultante do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU | 830.000,00 | 818.332,02 |
| 1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter viva - ITBI | 930.000,00 | 237.826,00 |
| 1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS | 482.800,00 | 314.428,14 |
| 1.4 - Receita resultante do imposto de renda retida na fonte - IRRF | 1.283.000,00 | 1.286.384,73 |
| 2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGISLATIVAS | 36.888.151,03 | 26.845.269,09 |
| 2.1 - Cota-parte PFM | 22.811.338,03 | 16.766.338,01 |
| 2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 108, I, alínea d | 20.870.488,03 | 16.263.007,00 |
| 2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 108, I, alíneas d e e | 1.940.850,00 | 1.476.072,31 |
| 2.2 - Cota-parte ICMS | 11.883.233,00 | 7.788.759,28 |
| 2.3 - Cota-Parte IPI Exportação | 190.860,00 | 102.784,00 |
| 2.4 - Cota-parte ITB | 79.800,00 | 1.476.072,31 |
| 2.5 - Cota-parte IPVA | 1.488.880,00 | 948.728,00 |
| 2.6 - Cota-parte ICP-SC | 0,00 | 0,00 |
| 2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | 0,00 | 0,00 |
| 3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I + 2) | 39.853.951,03 | 29.193.338,09 |
| 4 - TOTAL ESTIMADO AO FUNDOR (I + II + III + IV + V + VI + VII + VIII + IX + X + XI + XII + (3.2) + (3.3) + (3.4) + (3.5) + 28% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.1.3)) | 8.089.433,77 | 4.886.928,31 |
| 5 - VALOR MÍNIMO A SER APPLICADO ALTO DO MDE (VALOR ESTIMADO AO FUNDOR - (I + II + III + IV + V + VI + VII + VIII + IX + X + XI + XII + (3.2) + (3.3) + (3.4) + (3.5) + 28% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.1.3))) | 2.894.046,79 | 2.309.386,91 |

| FUNDOR | | |
|--|---------------------------|---|
| RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDOR NO EXERCÍCIO | PREVISÃO ATUALIZADA (R\$) | RECEITAS REALIZADAS (R\$) <small>ABRIL a Setembro (R\$)</small> |
| 1 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDOR | 8.992.828,00 | 8.242.084,07 |
| 1.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos | 8.992.828,00 | 8.178.388,48 |
| 1.1.1 - Principal | 8.992.828,00 | 8.178.372,07 |
| 1.1.2 - Reservatório de Aplicação Financeira | 0,00 | 25.998,39 |
| 1.1.3 - Reservatório de Recursos do Fundor | 0,00 | 0,00 |
| 1.2 - FUNDER - Complementação da União - VMAF | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.1 - Principal | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.2 - Reservatório de Aplicação Financeira | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.3 - Reservatório de Recursos do Fundor | 0,00 | 0,00 |
| 1.3 - FUNDEB - Complementação da União - VATAF | 0,00 | 0,00 |
| 1.3.1 - Principal | 0,00 | 0,00 |
| 1.3.2 - Reservatório de Aplicação Financeira | 0,00 | 0,00 |
| 1.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAF | 52.000,00 | 162.888,01 |
| 1.4.1 - Principal | 52.000,00 | 162.888,01 |
| 1.4.2 - Reservatório de Aplicação Financeira | 0,00 | 0,00 |
| 1.5 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDOR (I.1.1 - 4) | (1.038.976,00) | (835.336,24) |

| RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (ESPERAVIT) | | Valor |
|--|--|--------------|
| 1 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT | | 118.777,00 |
| 1.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR | | 118.777,00 |
| 1.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE CUSTOS EXERCÍCIOS | | 0,00 |
| 2 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDOR DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (I + II) | | 4.692.821,96 |

| DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDOR | | |
|---|--|--|
| DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$) | DESPESAS EMPENHADAS ABM e Bimensur (R\$) | DESPESAS LIQUIDADAS ABM e Bimensur (R\$) |
| 1 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDOR | 8.020.584,17 | 4.848.936,74 |
| 1.1 - PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA | 3.000.001,00 | 2.233.833,03 |
| 1.1.1 - Educação Infantil | 2.779.000,00 | 2.048.000,00 |
| 1.1.2 - Ensino Fundamental | 96.000,00 | 23.836,17 |
| 1.1.3 - Educação de Jovens e Adultos | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.4 - Educação Especial | 289.000,00 | 211.735,03 |
| 1.1.5 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.6 - Transporte (Básico) | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.7 - Outras | 0,00 | 0,00 |
| 1.2 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDOR | 83.020.000,00 | 70.930,00 |
| 1.3 - OUTRAS DESPESAS | 0,00 | 0,00 |
| 1.4 - CUSTAS PESSOAIS | 0,00 | 0,00 |
| 1.5 - ALUGUEL E MANTENIMENTO DE EQUIPAMENTOS | 0,00 | 0,00 |
| 1.6 - OUTRAS DESPESAS | 0,00 | 0,00 |

| DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDOR | | |
|---------------------------------------|--|--|
| DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$) | DESPESAS EMPENHADAS ABM e Bimensur (R\$) | DESPESAS LIQUIDADAS ABM e Bimensur (R\$) |
| 10.1.1 - Educação Infantil | 79.920,00 | 62.943,00 |
| 10.1.2 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 |
| 10.1.3 - OUTRAS DESPESAS | 418.782,49 | 312.728,21 |
| 10.2.1 - Educação Infantil | 27.799,00 | 24.268,00 |
| 10.2.2 - Ensino Fundamental | 96.000,00 | 73.184,23 |
| 10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos | 0,00 | 0,00 |
| 10.2.4 - Educação Especial | 289.000,00 | 211.735,03 |
| 10.2.5 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 |
| 10.2.6 - Transporte (Básico) | 0,00 | 0,00 |
| 10.2.7 - Outras | 0,00 | 0,00 |

| INDICADORES DO FUNDOR | | |
|--|--|--|
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDOR RECEBIDAS NO EXERCÍCIO | DESPESAS EMPENHADAS ABM e Bimensur (R\$) | DESPESAS LIQUIDADAS ABM e Bimensur (R\$) |
| 11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDOR RECEBIDAS NO EXERCÍCIO | 4.490.410,20 | 4.492.382,03 |
| 11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos | 4.490.211,28 | 4.384.232,38 |
| 11.1.1 - Reservatório de Recursos do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 0,00 |
| 11.1.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VMAF | 0,00 | 0,00 |
| 11.1.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VATAF | 33.216,89 | 28.876,81 |
| 11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VATAF | 4.233.033,43 | 4.233.033,43 |
| 11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAF | 0,00 | 0,00 |
| 11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAF | 0,00 | 0,00 |
| 11.5 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.6 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.7 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.8 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.9 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.10 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.11 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.12 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.13 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.14 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.15 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.16 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.17 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.18 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.19 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.20 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.21 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.22 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00 | 0,00 |
| 11.23 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAMF | 0,00</ | |



Prefeitura Municipal de São Tomé - 2025
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO ÓRGÃO

Período: 01/09/2025 ao 31/10/2025

| Categoria | | | | | | | Página 1 |
|--|--|------------|------------|-----------|-----------|-----------|----------|
| 3.00.00.00.00 DESPESAS CORRENTES | | | | | | | |
| 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | |
| 3.1.90.00.00 APlicações diretas | | | | | | | |
| 3.1.90.11.00 VENCIMENTOS DE ATIVOS FIXOS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | |
| 3.1.90.11.00.01 VENCIMENTOS E SALÁRIO | | | | | | | |
| 3.1.90.11.01.01 REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE CONSELHOS | | | | | | | |
| 3.1.90.12.00 CONTRIBUIÇÕES PATRIMONIAIS | | | | | | | |
| 3.1.90.12.02 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS | | | | | | | |
| 3.1.90.13.02 INSS - SECRETÁRIOS E OUTROS AGENTES EQUIPARADOS | | | | | | | |
| 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | | | |
| 3.3.00.00.00.00 APlicações diretas | | | | | | | |
| 3.3.00.08.00 OUTROS BENEFÍCIOS/ASSISTÊNCIAS DO SERVIDOR E DO MILITAR | | | | | | | |
| 3.3.00.14.00 DIÁRAS - CIVIL | | | | | | | |
| 3.3.00.15.00 MATERIAIS DE CONSUMO | | | | | | | |
| 3.3.00.30.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | | | | | | | |
| 3.3.00.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEROS - PESSOA FÍSICA | | | | | | | |
| 3.3.00.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | |
| 3.3.00.39.58.00 SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES | | | | | | | |
| 4.00.00.00.00 DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | |
| 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS | | | | | | | |
| 4.4.90.00.00 APlicações diretas | | | | | | | |
| 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS | | 315.900,00 | 625.900,00 | 33.777,12 | 34.017,12 | 36.951,88 | |

Código de setor:

Orgão: 07

Subfunção: 243

Empresa e ligações do exercício e de restas

Emitido por ANTONIO MARCOS CARDOSO DE MATOS, no versão 5536d



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2025

Página: 1 / 2

PERÍODO : ANEXO II (RPPF), Anexo III, Anexo IV

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PREVISTAS (RPPF)

| RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPF) (I) | PREVISÃO ATUALIZADA (RPPF) | AUX. OUTUBRO / 2025 |
|---|----------------------------|---------------------|
| Impostos, Taxas e Contribuições de Móveis | R\$ 17.914.336,01 | R\$ 13.190.717,78 |
| IPHAN | 0,00 | 0,00 |
| ISS | 3.035.000,00 | 2.094.420,76 |
| ITBI | 1.198.000,00 | 1.060.000,00 |
| IRPF | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| Outras Impostos, Taxas e Contribuições de Móveis | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| Contribuições | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| Habitação patrimonial | 0,00 | 0,00 |
| Aplicações Financeiras (II) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 |
| Transferências correntes | 0,00 | 0,00 |
| Cota Parte do FPM | 10.000.000,00 | 13.702.000,00 |
| Cota Parte do ICMS | 0,00 | 0,00 |
| Cota Parte do IPVA | 0,00 | 0,00 |
| Cota Parte da ISS | 1.100.000,00 | 1.000.000,00 |
| Transferências da LCI (TTFM) | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| Transferências do FUNDEB | 0,00 | 0,00 |
| Outras Transferências correntes | 0,00 | 0,00 |
| Despesas monetárias correntes | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Financeiras (III) | 0,00 | 0,00 |
| Reservas Correntes | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRIENTES (EXCETO FONTES RPPF) (IV) = [I] + [II] + [III] | 48.110.300,00 | 48.110.300,00 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRIENTES (COM FONTES RPPF) (V) | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRIENTES (COM FONTES RPPF) (VI) | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPF) (VII) | 25.710.000,00 | 31.191.300,00 |
| Operações de Crédito (VIII) | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| Amortização de Impostos (IX) | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Ataques de Investimentos Temporais (X) | 0,00 | 0,00 |
| Reservas de Ataques de Investimentos Permanentes (XI) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Reservas de Capital | 0,00 | 0,00 |
| Concessões | 0,00 | 0,00 |
| Outras Transferências de Capital | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Não Patrimoniais (XII) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Patrimoniais (XIII) | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPF) (XIV) = [VII] + [VIII] + [IX] + [X] + [XI] + [XII] | 10.191.300,00 | 10.191.300,00 |
| RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPF) (XV) = [VII] | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = [IV] + [V] + [XIV] + [XV] | 63.301.600,00 | 63.301.600,00 |
| RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPF) (XVII) = [IV] + [XIII] | 63.301.600,00 | 63.301.600,00 |

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)

IMPACTOS ATUAIS (RPPF) | PROJEÇÕES ATUAIS (RPPF) | RECEITAS PRIMÁRIAS (RPPF)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025

Página: 1 / 4

| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal) | | |
|---|---------------------------|--|
| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS | PREVISÃO ATUALIZADA (R\$) | RECEITAS REALIZADAS Até o Momento (R\$) |
| 1 - RECEITA DE IMPOSTOS | | |
| 1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU | 8.882.714,31 | 8.798.984,00 |
| 1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter-viva - ITBI | 444.381,72 | 404.149,75 |
| 1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS | 1.189.122,03 | 1.098.802,42 |
| 1.4 - Receita resultante do imposto sobre renda retida na fonte - IRRF | 2.351.896,27 | 2.094.438,76 |
| 2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | 1.898.833,19 | 1.865.749,62 |
| 2.1 - Cota-parte FPM | 45.026.806,00 | 36.708.377,22 |
| 2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 108, I, alínea b | 22.628.802,03 | 18.784.388,00 |
| 2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 108, I, alíneas d e e | 2.623.238,00 | 1.005.917,00 |
| 2.2 - Cota-parte ICMS | 12.328.821,00 | 10.328.328,07 |
| 2.3 - Cota-Parte IPI Exportação | 128.873,04 | 101.080,00 |
| 2.4 - Cota-parte ITR | 1.491.000,00 | 1.283.947,00 |
| 2.5 - Cota-parte IPVA | 3.817.689,02 | 3.223.648,00 |
| 2.6 - Cota-Parte ICMS | 0,00 | 0,00 |
| 2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | 0,00 | 0,00 |
| 3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2) | 66.938.820,93 | 59.605.321,77 |
| 4 - TOTAL DE RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2) + 20% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4)) + (2.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + 20% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) | 7.934.766,02 | 8.861.777,00 |
| 5 - VALORES NEGATIVOS A SEREM APLICADOS ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FONTE (1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + 20% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) | 6.199.873,71 | 3.279.308,91 |

| FUNDOS | | |
|--|---------------------------|--|
| RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDO NO EXERCÍCIO | PREVISÃO ATUALIZADA (R\$) | RECEITAS REALIZADAS Até o Momento (R\$) |
| 1 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDO | | |
| 1.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos | 9.987.102,12 | 7.276.000,00 |
| 1.1.1 - Principal | 8.883.228,03 | 6.802.987,37 |
| 1.1.2 - Recursos de Aplicação Financeira | 8.883.228,03 | 6.802.987,37 |
| 1.1.3 - Reservamento de recursos do Fundeb | 0,00 | 0,00 |
| 1.2 - FUNDEF - Complementação da União - VMAP | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.1 - Principal | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.2 - Recursos de Aplicação Financeira | 0,00 | 0,00 |
| 1.3 - FUNDEF - Complementação da União - VMAP | 798.200,00 | 781.894,00 |
| 1.3.1 - Principal | 798.200,00 | 781.894,00 |
| 1.3.2 - Recursos de Aplicação Financeira | 0,00 | 0,00 |
| 1.4 - FUNDEF - Complementação da União - VMAP | 42.618,29 | 40.888,29 |
| 1.4.1 - Principal | 42.618,29 | 40.888,29 |
| 1.4.2 - Recursos de Aplicação Financeira | 0,00 | 0,00 |
| 1.5 - FUNDEF - Complementação da União - VMAP | 1.303.872,31 | 786.220,00 |

| RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERAVIT) | | | VALOR |
|--|--|--|--------------|
| 1 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERAVID | | | 215.272,00 |
| 1.1 - SUPERAVID DO EXERCÍCIO INIMEDIATAMENTE ANTERIOR | | | 215.272,00 |
| 1.2 - SUPERAVID RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS | | | 0,00 |
| 2 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (1 + 4) | | | 7.405.172,00 |

| DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) | | | DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$) | DESPESAS EMPENHADAS Até o Momento (R\$) | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Momento (R\$) | DESPESAS PAGADAS Até o Momento (R\$) | INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (R\$) |
|---|---------------|--------------|--------------------------|---|---|--------------------------------------|--|
| 10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB | 10.091.000,00 | 7.434.732,00 | 7.430.172,00 | 7.417.929,70 | 4.360,00 | | |
| 10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA | 8.876.971,02 | 6.805.481,23 | 6.805.481,23 | 6.805.481,23 | 0,00 | | |
| 10.1.1 - Educação Infantil | 8.829.750,00 | 4.111.230,00 | 4.111.230,00 | 4.111.230,00 | 0,00 | | |
| 10.1.2 - Ensino Fundamental | 3.289.275,14 | 2.394.200,29 | 2.394.200,29 | 2.394.200,29 | 0,00 | | |
| 10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| 10.2 - OUTRAS DESPESAS | 1.202.048,00 | 929.200,00 | 929.200,00 | 929.200,00 | 0,00 | | |
| 10.2.1 - Educação Infantil | 388.940,00 | 196.237,00 | 196.237,00 | 196.237,00 | 0,00 | | |
| 10.2.2 - Ensino Fundamental | 813.738,79 | 731.073,47 | 731.073,47 | 731.073,47 | 4.360,00 | | |
| 10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| 10.2.4 - Educação Especial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| 10.2.5 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| 10.2.6 - Transporte (Básico) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| 10.2.7 - Outras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |

| DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) | | | DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$) | DESPESAS EMPENHADAS Até o Momento (R\$) | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Momento (R\$) | DESPESAS PAGADAS Até o Momento (R\$) | INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (R\$) |
|--|---------------|--------------|--------------------------|---|---|--------------------------------------|--|
| 10.3 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB | 10.091.000,00 | 7.434.732,00 | 7.430.172,00 | 7.417.929,70 | 4.360,00 | | |
| 10.3.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA | 8.876.971,02 | 6.805.481,23 | 6.805.481,23 | 6.805.481,23 | 0,00 | | |
| 10.3.1.1 - Educação Infantil | 8.829.750,00 | 4.111.230,00 | 4.111.230,00 | 4.111.230,00 | 0,00 | | |
| 10.3.1.2 - Ensino Fundamental | 3.289.275,14 | 2.394.200,29 | 2.394.200,29 | 2.394.200,29 | 0,00 | | |
| 10.3.1.3 - Educação de Jovens e Adultos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| 10.3.2 - OUTRAS DESPESAS | 1.202.048,00 | 929.200,00 | 929.200,00 | 929.200,00 | 4.360,00 | | |
| 10.3.2.1 - Educação Infantil | 388.940,00 | 196.237,00 | 196.237,00 | 196.237,00 | 4.360,00 | | |
| 10.3.2.2 - Ensino Fundamental | 813.738,79 | 731.073,47 | 731.073,47 | 731.073,47 | 4.360,00 | | |
| 10.3.2.3 - Educação de Jovens e Adultos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| 10.3.3 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| 10.3.4 - Transporte (Básico) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| 10.3.5 - Outras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |

| INDICADORES DO FUNDEB | | | | |
|--|---|---|--------------------------------------|--|
| DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO | DESPESAS EMPENHADAS Até o Momento (R\$) | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Momento (R\$) | DESPESAS PAGADAS Até o Momento (R\$) | INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (R\$) |
| 11 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB | 7.384.000,00 | 7.347.358,00 | 4.400,00 | 0,00 |
| 11.1 - | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025

PERÍODO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a")

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Páginas: 1 / 2

| PREÇOS - Anexo 1 (LRF, Art. 52) | | BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | | Análise Elementar | |
|--|--|--------------------------|----------------------------|------------------------------|---------------|
| Precos da Receita | | | | 100.000.000,00 | |
| Precos da Despesa | | | | 100.000.000,00 | |
| Receitas Realizadas | | | | 100.000.000,00 | |
| Despesas Orçamentárias | | | | 100.000.000,00 | |
| Salários de Servidores Autônomos | | | | 100.000.000,00 | |
| Despesas Indireta | | | | 100.000.000,00 | |
| Despesas Administrativas | | | | 100.000.000,00 | |
| Despesas Atividades | | | | 100.000.000,00 | |
| Despesas Remuneradas | | | | 100.000.000,00 | |
| Despesas Liquidadas | | | | 100.000.000,00 | |
| Despesas Pagas | | | | 100.000.000,00 | |
| Despesas Orçamentárias | | | | 100.000.000,00 | |
| DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | | Análise Elementar | | | |
| Despesas Remuneradas | | | | 100.000.000,00 | |
| Despesas Liquidadas | | | | 100.000.000,00 | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | | Análise Elementar | | | |
| Receita Corrente Líquida | | | | 100.000.000,00 | |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa Líquida | | | | 100.000.000,00 | |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa líquida | | | | 100.000.000,00 | |
| RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES | | Análise Elementar | | | |
| Ponto em Capitalização (Plano Previdenciário) | | | | 100.000,00 | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | | | | 100.000,00 | |
| Despesas Previdenciárias Remuneradas | | | | 100.000,00 | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | | | | 100.000,00 | |
| Despesas Previdenciárias Pagas | | | | 100.000,00 | |
| Resultado Previdenciário | | | | 100.000,00 | |
| Ponto em Repartição (Plano Financeiro) | | | | 100.000,00 | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | | | | 100.000,00 | |
| Despesas Previdenciárias Remuneradas | | | | 100.000,00 | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | | | | 100.000,00 | |
| Despesas Previdenciárias Pagas | | | | 100.000,00 | |
| Resultado Previdenciário | | | | 100.000,00 | |
| RESULTADO NOMINAL E PREMÁRIO | | Mês (Revisão no anexo da | Previsão/Realizado até o | Término restante à vista (%) | |
| Resultado Nominal | | 100,00 | 100,00 | 100,00 | |
| Resultado Prelório | | (100.000.000,00) | (100.000.000,00) | 2.000,00 | |
| MOVIMENTAÇÕES RELATIVAS A PAGAR | | Recebido | Capitalizadas até a | Programado até a | Mês |
| Pagamento Processados | | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2007-1000,00 |
| Pagamento Básico | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pagamento Legislativo | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pagamento não-Processados | | 100.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pagamento Básico | | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pagamento Legislativo | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | | 100.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 1.2000.000,00 |
| DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO - DEM | | Valor agendado até a | Liberado quando solicitado | Liberalizado quando | |
| Materiais Anuais de 20% das Imposições na Manutenção e Conservação da Infraestrutura | | 10.217.100,00 | 10.217.100,00 | 100,00 | 0,00 |
| Materiais Anuais de 10% do FUNDIPE na Manutenção das Profissões da Educação | | 10.000.000,00 | 10.000.000,00 | 100,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL | | Valor agendado até a | Liberado quando solicitado | Liberalizado quando | |
| Receita de Operações de Crédito | | 100,00 | 100,00 | 1.2000.000,00 | |
| Despesa de Capital Líquida | | 11.466.623,00 | 11.466.623,00 | 100,00 | 0,00 |
| PREVISÃO DA RECEITA DOS RECURSOS DE PREVIDÊNCIA | | Excedente em | 10º Excedente | 20º Excedente | 30º Excedente |
| Ponto em Capitalização (Plano Previdenciário) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Previdenciárias | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Previdenciárias | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ponto em Repartição (Plano Financeiro) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Previdenciárias | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Previdenciárias | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS | | Valor agendado até a | Liberado quando solicitado | Liberalizado quando | |
| Receita de Capital Resultante da alienação de Ativos | | 100.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aplicação das Ressouras da alienação de Ativos | | 100.000,00 | 100.000,00 | 100,00 | 0,00 |
| DESPESAS COM ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | | Valor agendado até a | Liberado quando solicitado | Liberalizado quando | |
| Despesa Própria com Acesso a Serviços Públicos de Saúde | | 1.000,00 | 1.000,00 | 100,00 | 0,00 |
| DESPESA DE CARÁTER CONTINUADO DE VENDEZAS DE PPP | | Valor agendado da | Liberalizado quando | Liberalizado quando | |
| Total das Despesas PCL (%) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025

PERÍODO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a")

Páginas: 1 / 2

| RECEITAS | Prevista | Prevista/Realizada (%) | Recebidas/Realizadas | | | | Saldo a receber (%) |
|---|----------------|------------------------|----------------------|----------|---------------|----------|---------------------|
| | | | Recebidas | Te (R\$) | Até o momento | Te (R\$) | |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (%) | 100.000.000,00 | 100.000.000,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INSCRIÇÕES CORRENTES | 98.398.000,00 | 98.398.000,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES (%) | 100.700.000,00 | 100.700.000,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| IMPOSTOS | 100.700.000,00 | 100.700.000,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TAXAS | 100.700.000,00 | 100.700.000,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA | 200.000,00 | 200.000,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CONTRIBUIÇÕES | 1.400.700,00 | 1.400.700,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEJO (%) | 1.400.700,00 | 1.400.700,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 100.000,00 | 100.000,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VALORES MOBILIARES | 100.000,00 | 100.000,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DELIVERY DE SERVIÇOS PÚBLICOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNICO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CESSÃO DE DIREITOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 100.000,00 | 100.000,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS | 100.000,00 | 100.000,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00</ | | |



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 155 - Centro
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-66

EXTRATO DE CONTRATOCONTRATO N° 91/2025Dispensa por Limite n° 49/2025

Partes: O MUNICÍPIO DE RONDON e a empresa VJ SAUDE LTDA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para locação de ambulâncias com condutor motorista, técnico de enfermagem e equipamentos necessários conforme descriptivo técnico, para executar os serviços no evento "Agro Rondon Farm Show 2025"**, a ser realizado nos dias 05, 06 e 07 de dezembro, em comemoração ao 71º aniversário deste município.

Valor: R\$ 6.300,00 (Seis Mil e Trezentos Reais).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do(s) produto(s)/serviço(s), mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria representante.

Dotação Orçamentária: As despesas com o fornecimento(s) do(s) objeto(s) serão financiadas com recursos próprios da seguinte dotação orçamentária: **09.001.13.392.0004-2030.3.3.90.39.05.00.**

Duração: O Presente contrato terá duração até o dia 23/03/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

Foro: da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

Data da assinatura: 24/11/2025.

Rondon – Pr, 24 de novembro de 2025.

Roberto Aparecido Corredato
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 155 - Centro
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-66

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOSATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 197/2025PREGÃO N° 70/2025

Partes: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa LIDER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES-EIRELL

Objeto: presente Contrato tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos que não fazem parte da lista do Consórcio Paraná Medicamentos, a serem distribuídos aos pacientes da rede municipal de saúde, com reserva de cota para ME/EPP.

Valor: R\$ 682,29 (Seiscientos e Oitenta e Dois Reais e Vinte e Nove Centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do equipamento/material, mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

Dotação Orçamentária: Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos do orçamento vigente, através de dotações orçamentárias das seguintes órgãos da Administração Municipal:

| ÓRGÃO | NOME - UNID |
|-------|---|
| 10.01 | SERVIÇOS DE SAÚDE DIVISÃO DE SAÚDE PÚBLICA |
| 10.02 | SERVIÇOS DE SAÚDE DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA |

Duração: O Presente contrato terá duração até o dia 12/11/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

Foro: da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

Data da assinatura: 13/11/2025.

Rondon – Pr, 13 de novembro de 2025.

Aline da Silva Almeida
Secretaria de Saúde



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 155 - Centro
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-66

EXTRATO DE CONTRATOCONTRATO N° 101/2025Preço n° 69/2025

Partes: O MUNICÍPIO DE RONDON e a ANGEL EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para locação de estrutura visando a realização do evento "Agro Rondon Farm Show 2025"**, em comemoração ao 71º aniversário deste município, compreendendo serviço de organização e realização de rodeio, locação de estrutura de ferragens (arena, arquibancadas e camarotes), sanitários químicos, som e iluminação, tendas, geradores, ambulâncias, brigadistas, entre outros.

Valor: R\$ 10.389,98 (Dez Mil, Trezentos e Oitenta e Nove Reais e Noventa e Oito Centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do(s) produto(s)/serviço(s), mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

Dotação Orçamentária: Os pagamentos decorrentes da presente licitação ocorrerão por conta de recursos do tesouro nacional, recursos estaduais e recursos livres municipais do orçamento vigente, através da(s) seguinte(s) dotação(s) orçamentária(s):

| UNIFUNCIONAL-B-FUN/PROG/DET/PROJ-A/UNICOM/PROJ-AT. | CAT. ECON |
|--|--|
| 0901 13 392 04 2 30 Manutenção dos Processos Culturais | 3.3.90.39.12.00 LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS |
| 0901 13 392 04 2 30 Manutenção dos Processos Culturais | 3.3.90.39.05.00 SERVIÇOS TECNÍCOS PROFISSIONAIS |

Duração: O Presente contrato terá duração até o dia 25/03/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

Foro: da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

Data da assinatura: 26/11/2025.

Rondon – Pr, 26 de novembro de 2025.

Roberto Aparecido Corredato
Prefeito Municipal

ESCORPIÃO PREVINA-SE!

SAIBA COMO SE PROTEGER